IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PARA O DESEMPENHO DO EDUCANDO E DO EDUCADOR EM SALA DE AULA

ELIZABETE CAMPOS LEOPOLDINO

RESUMO
Este texto ressalta a importância da avaliação para o desempenho do educando e do educador em sala de aula, ou seja, a avalição é uma reflexão sobre o nível de trabalho escolar tanto do professor quanto dos alunos, que deve ter como ponto de partida e chegada a aprendizagem. O presente artigo busca analisar como a avaliação educacional escolar vem sendo tratada e aplicada de forma punitiva e classificatória, sendo que seu objetivo deveria ser fazer parte da construção do conhecimento do aluno de forma qualitativa e contínua. É necessário que essa avaliação escolar faça parte da aprendizagem, levando em consideração as capacidades e limitações de cada aluno, onde a avaliação se coloca a favor do desenvolvimento da aprendizagem e não como punição ou classificação. Para transpor essa realidade, é proposta uma avaliação de forma processual e integrada ao processo de aprendizagem, sendo vista como meio e não fim da aprendizagem escolar, baseada nas reflexões de autores como Hoffmann (2009), Libâneo (2013), Luckesi (1998, 2005) e Vasconcellos (2008), bem como no que é colocado nos documentos oficiais da educação como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Aprendizagem; Educação.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um instrumento que está diretamente ligada ao desempenho do aluno e do professor na sala de aula. É uma das dimensões de um processo mais amplo que envolve a escola e o sistema educacional, deve ser parte integrante do processo ensino - aprendizagem e tem funções diagnóstica, entendida como um processo contínuo de informações, análise, reflexão e tomada de decisões sobre o desenvolvimento e desempenho dos alunos na apropriação do conhecimento.

O processo avaliativo parte do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender, assim, o diagnóstico de dificuldades e facilidades deve ser compreendido não como um veredicto que irá culpar ou absolver o aluno, mas sim como uma análise da situação escolar atual do aluno, em função das condições de ensino que estão sendo oferecidas.

Partindo do princípio que avaliação escolar é uma etapa inerente da aprendizagem e que precisa ser utilizada de forma a colaborar para o desenvolvimento dos alunos, esta pesquisa tem como tema a utilização da avaliação processual como alternativa para o uso da avaliação escolar de forma qualitativa. O problema constato é em que medida a avaliação processual pode contemplar a aprendizagem de forma significativa às crianças do Ensino Fundamental I, uma vez que ainda existe um olhar para a avalição como momento de "medir força" e funcionar como controle de poder dos professores perante os alunos.

A avaliação escolar é um tema que está em constante discussão, seja em nível micro, dentro da escola, seja em nível macro, no Ministério da Educação, das Secretarias de Educação, sejam elas municipais, estaduais ou federais, mas é um tema que permite a divergência de olhares e concepções de como deve ser aplicada e utilizada.

É consenso que a avaliação é um instrumento importante no ensino-aprendizagem, pois pode e deve permitir a análise do progresso do aluno quanto ao conteúdo e discussões realizadas no decorrer do período. Esse instrumento além de permitir analisar o progresso do aluno, permite também acompanhar suas difi-i culdades e necessidades quanto a apoio diferenciado dentro da sala de aula e fora dela, uma vez que possa necessitar do acompanhamento dos familiares para melhor desenvolver sua aprendizagem. Porém, existe diferença entre dar nota e analisar o progresso e desenvolvimento do aluno acaba se confundindo na relação de autoridade que o professor exerce e sala de aula e utiliza esse instrumento como punição aos mais inquietos e rebeldes. Devido a isso, este trabalho busca o objetivo de compreender a avaliação processual como prática

inovadora para mensurar e contemplar a aprendizagem significativa. Em seus objetivos específicos temos a possibilidade de identificar os processos de ensino e aprendizagem a luz da lógica hegemônica do capitalismo; analisar a avaliação como etapa de um processo e considerar a avaliação processual como possibilidade de avaliação dos conteúdos curriculares de forma qualitativa.
Apesar da existência de inúmeros estudos e pesquisas na área da avaliação educacional, a avaliação da aprendizagem, ainda é um processo lacunar, complexo, polêmico e muito discutido.
A avaliação possibilita conhecer a trajetória, o rendimento escolar, a frequência dos alunos, os mecanismos de prevenção da evasão escolar, o desempenho de cada estudante, permiti repassar para os pais, para os dirigentes dos sistemas e para a comunidade o que estamos e como estamos trabalhando na escola, o que conseguimos e o que precisamos fazer.
Sendo assim percebemos que é preciso buscar novas alternativas de utilização da avaliação escolar, trazendo à baila a mediação do professor para com a aprendizagem do alunado, indo além da quantificação do que foi assimilado, tornando a aprendizagem e o ensino mais ativo e dinâmico, onde os alunos de fato consigam se perceber como autores de seu conhecimento. Para tanto, este trabalho será baseado na pesquisa bibliográfica, analisando a legislação brasileira da educação e autores que tratam da temática de forma a embasar as questões que a pesquisa busca responder.

O PROCESSO DE ENSINO E AVALIAÇÃO

Ensinar pode ter como sinônimo transformar, transformar pessoas, transformar hábitos, transformar costumes, transformar a sociedade. Ensinar exige dedicação, vontade e sabedoria para compreender as dinâmicas e processos que fazem parte da realidade social que nos cerca e a busca das possibilidades de transformar essa realidade, quando a mesma não comunga com os objetivos da educação: desenvolvimento e aprendizagem do ser.
Ensinar por vezes é visto como transmissão de conteúdo, mera atividade de inserir nas cabeças dos alunos os conteúdos e matérias que devem ser passados pelo professor, sendo este o detentor do conhecimento, reduzindo os alunos a meros expectadores e esponjas sugadoras destes conteúdos. Essa visão de ensino subestima a capacidade dos alunos de se desenvolver de forma independente e autônoma, interferindo na mediação e interação que pode e deve ocorrer no meio escolar.
Mas essa visão do ensino, da escola, não é algo do senso comum, pelo contrário, ela foi forjada ao longo da história da educação para que hoje seja vista desta forma.
Com base nas transformações que ocorriam na sociedade – sejam elas econômicas e políticas, que refletiam no social – as teorias da educação se moldavam para atender as demandas das classes dominantes, fazendo aumentar cada vez mais o distanciamento da educação privada, onde estão os privilegiados, da educação pública, que convive com o sucateamento e omissão por parte dos gestores e governantes, que assim alimenta a ordem hegemônica estabelecida.
As tendências que mais tiveram impacto na educação, principalmente brasileira foram as liberais e progressistas, essas se dividem em pedagogias que impactaram e ainda impacta a escola que temos hoje em nossa sociedade. Importante destacar que nenhuma tendência pedagógica atuou de forma isolada nas escolas, pois cada uma articulava-se com o que existia de característica da anterior, atualizando, modificando, mas construindo baseado no existente, tentando ir além das limitações, mas sempre de acordo com as necessidades econômicas e políticas da época.
Dividida em pedagogia tradicional, pedagogia renovada (Escola Nova) e pedagogia tecnicista, a tendência pedagógica liberal focou seus esforços na educação da classe burguesa, classe que ascendia a sua época, com a estruturação do capitalismo, pretendia desenvolver os descendentes da burguesia para atuar na manutenção da hegemonia e assim aprimorou o sucateamento da educação pública, que em discurso, deveria ser igualmente satisfatória para toda a população, mas a escola pública sofreu depreciação para justamente evitar que as classes subalternas tivessem acesso à educação de qualidade e pudessem chegar a mesma posição social, prevale-

cendo o sistema meritocrático e elitista. Em sua obra, Libâneo nos aponta a atual situação que vive a educação com o modelo de exploração e manipulação do capitalismo:

[...] verifica-se que a atual configuração estrutural e educacional, no plano mundial, impõe novos desafios e um novo discurso ao setor educacional. A lógica do capitalismo concorrencial global e do paradigma da liberdade econômica, da eficiência e da qualidade encaminhada, de forma avassaladora, o novo modelo societário e as novas reformulações necessárias no setor educacional. A compreensão histórica dos germes constitutivos da lógica capitalista-liberal revela, por sua vez, seu caráter conservador-elitista. Daí a necessidade de considerar a nova onda de forma histórico-crítica, a fim de apreender a direção política e as reais possibilidades de democratização da sociedade e da educação. Essa tarefa está associada à urgente necessidade de uma reestruturação educativa capaz de corresponder aos desafios impostos pela sociedade tecnológica à escola e ao campo da educação em geral. (LIBÂNEO, 2003, p. 105, 106)

Com essa perspectiva do quadro atual de nossa educação mediante o quadro econômico mundial, é mais que urgente pensar uma pedagogia que busque articular os interesses dos explorados, da classe trabalhadora à compreensão da realidade social, fomentando a criticidade e ampliação de meios para transformar sua condição de explorado em mecanismos de autonomia e luta contra a opressão burguesa.
Para além da distinção entre escola pública e privada, está posto como os interesses econômicos e políticos atuam de forma a utilizar a educação/escola como espaço de manipulação e perpetuação dos interesses, a se ver a forma como é articulado o ensino, dividido em conteúdo que sobrecarregam os profissionais da educação e principalmente as avaliações destes, quase sempre ocorrendo ao final de todo o processo, desmerecendo todo o percurso feito para chegar em tal etapa.

Há uma base sócio-político-econômico-cultural dada na sociedade de classes. Esta é a raiz principal do problema. A classe dominante utiliza todos os meios e instituições para se reproduzir e perpetuar, inclusive a escola. A escola ajuda este processo de discriminação social que deve necessariamente haver na sociedade capitalista, já que pela sua lógica excludente, não é possível que todos cheguem lá. (VASCONCELLOS, 2008, p. 36)

Percebemos através do que nos coloca Libâneo e Vasconcellos que sendo a escola uma instituição de reprodução dos ditames da classe hegemônica, sua organização educacional comunga com os objetivos destes. Cabe aos profissionais da educação cientes de sua responsabilidade perante a sociedade buscar meios de modificar este cenário, ainda que de forma micro, mas que atenda ao alunado, não ao poder econômico e político.
A estratégia de dominação da burguesia por via da educação não é outra senão o esvaziamento dos conteúdos escolares, principalmente e primordialmente nas escolas públicas. Os alunos, filhos dos proletariados, devem aprender nada além do necessário para continuar o sistema de exploração e o mito da meritocracia, escondendo a verdadeira ordem estabelecida para manter cada um em seu "devido lugar".
O que é o educador senão um profissional que deve trabalhar em favor da transformação social a partir das armas que possui, não esperando que medidas para a equidade educacional venham de outro lugar que não dele mesmo? Como nos diz Paulo Freire:

Mas o educador humanista revolucionário não pode esperar que esta possibilidade se apresente. Desde o começo, seus esforços devem corresponder com os dos alunos para comprometer-se num pensamento crítico e numa procura da mútua humanização. Seus esforços devem encaminhar junto com uma profunda confiança nos homens e em seu poder criador. (FREIRE, 1980, p.80)

A educação deve caminhar junto com o homem e sua necessidade de mudança enquanto ser social, mudança essa que deve ser benéfica para a população como um todo e não somente para uma minoria detentora de grandes poderes. Ensinar então pode e deve ser uma for-

ma de apoiar o aluno a desenvolver suas potencialidades e capacidades de forma autônoma, mas apoiada na mediação do professor que está disponível para ajudá-lo, não para transmitir de forma engessada o conhecimento:

O ensino tem, portanto, como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos do saber escolar, através desse processo, o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos. (LIBÂNEO, 2013, p 85)

As capacidades cognoscitivas representam importante parcela do desenvolvimento do aluno dentro do saber escolar, pois trata da capacidade de observação, análise e síntese, compreensão, relações entre fatos, o que proporciona autonomia de pensamento e aprendizagem ativa.
Além dos conteúdos escolares, a experiência sociocultural dos alunos é de fundamental importância para agregar valores ao seu aprendizado. O chamado conhecimento prévio que os alunos trazem consigo ao entrar na escola, que interagem no seu cotidiano, tudo que permeia seu dia a dia, colabora para ampliar seu aprendizado, pois as conexões feitas e sua participação ao trazer exemplos práticos dos conteúdos assimilados, permite que tanto ele como os demais colegas visualizem as informações postas pelo professor fomentando a aprendizagem de todos envolvidos.
O educador, que também é vítima deste mesmo sistema, precisa saber analisar como pode apoiar essa mudança na mentalidade dos seus educandos, quais instrumentos pode utilizar para fomentar a transformação do senso comum, partindo da historicidade destes a fim de alcançar o saber concreto. Para tanto, precisa este intelectual também ter ciência das pedagogias que regem nossa educação e saber criticá-las, para assim poder pôr em prática a pedagogia que busca a superação dessa ordem capitalista: estar inserido historicamente.
O processo de ensino perpassa pela exigência e possibilidades que compõe o fazer escolar, precisando que o aluno tenha a possibilidade e cumprir as exigências estabelecidas de forma a mobilizar suas capacidades intelectuais. Desta forma, surge como ponto de discussão para mensurar essa mobilização, a avaliação escolar, processo que colabora para analisar e compreender o desempenho de cada aluno. Inserida neste modelo de educação posto, o professor e aluno permanecem alienados no processo, sendo expectadores de uma prática que todos estão inseridos e mantem viva não percebendo para quê e quem está a serviço. Analisar, refletir e transformar a prática é algo que deve ser inerente ao educador, então, como possibilidade dessa transformação analisará a avaliação escolar como hoje é posta e como pode ser realizada para servir à construção da autonomia dos sujeitos.
Avaliação da aprendizagem é um processo pelo qual tanto aluno quanto professor temem, pois, sua cultura de mensuração atribui ao aluno um valor quantitativo ao seu desempenho escolar e o professor tem a responsabilidade de dar a este aluno um valor, tornando-o assim bom ou ruim sem levar em consideração diversos fatores que contribuem para a aquisição do conhecimento e assimilação dos conteúdos pelo aluno. Os alunos sofrem com este momento pois muitas vezes não estão preparados de fato para colocar naquele papel tudo que viram, ou não viram, durante o período de estudo. Além de também existirem os fatores externos que podem atrapalhar no momento desta avaliação: fome, sono, problemas familiares, enfim, tudo contribui para ajudar ou atrapalhar neste momento avaliativo.
A avaliação aplicada nas escolas segue a lógica mercantil, onde o aluno recebe valor, seu aprendizado é quantificado gerando assim uma diferenciação de desempenhos o que culmina na valorização dos resultados obtidos não permitindo aos envolvidos buscar detectar o erro e corrigi-lo de maneira conjunta e sim gerando chances extras para recuperar aquele valor caso seja baixo.

Nesta formatação, a aprendizagem é considerada um produto estanque, a ênfase do ensino recai nos resultados, sem que haja uma inter-relação com os processos, nem com os segmentos que a produzem. Assim, o erro não é explorado como uma possibilidade de instaurar o conflito cognitivo que permite saltos e avanços no desenvolvimento cognitivo e

social do estudante (CRUZ, 2008, pg.8).

É mister afirmar que existe um problema na avaliação escolar. Não somente na avaliação, mas em todo a organização da instituição escola que está a serviço de manter como comum as exclusões sociais que a meritocracia insiste em legitimar como fracasso individual.
Ao colocar nas mídias alunos pobres, um aluno dentro de uma escola com mais de 300, que logrou grande sucesso em exames públicos, que adora ler, que passa boa parte do tempo na biblioteca, quando tem uma a seu dispor, é apenas uma forma de dizer para todos os outros alunos, os 299 restantes dessa mesma escola, que se eles não conseguiram êxito, a culpa é deles, eles que "não querem nada", que não estudam de verdade. Mas a verdadeira culpa não está no indivíduo, o que ocorre é uma manipulação ideológica de que cada um é responsável pelo seu fracasso e por isso não é merecedor de "melhorar de vida". Ou seja, é excluído todos os problemas que perpassam o aluno para ter acesso ao ensino, foca a atenção em um ou outro que de certa forma teve privilégios em casa para manter seus estudos, sem necessidade de trabalhar, sem barulho e violência em sua rua e bairro, sem família populosa dentro dos mesmos espaços, sem falta de alimentação, frio ou calor, além de estereótipos dentro da própria escola que afasta toda e qualquer vontade de se manter estudando.
A avaliação mais uma vez, enquanto exame público, permite essa exclusão e discriminação quando aponta os "bons ou ruins", os "aptos ou inaptos", igualmente às avaliações que ocorrem dentro do espaço escolar.
Percebemos uma perpetuação de valor atribuído a avaliação de maneira que a mesma seja mero instrumento medidor, onde este verifique quanto vale a aprendizagem de determinado aluno, não abre espaço para análise da situação que aquela avaliação foi realizada, de que forma foi elaborada, como estava o aluno no dia da avaliação, pois a mesma é realizada somente em um determinado dia previamente marcado sem dar possibilidade ao aluno de construir sua aprendizagem de maneira contínua e constante. A nota, ou conceito, tornou-se o produto principal da aprendizagem. Pais e professores colaboram com essa classificação. Muitos alunos fazem questão de não perder aula somente em semana de prova, ou pais vão na escola apenas quando é entrega de resultado e se tem notas boas, ótimo, se não tem, não vale nada e não merece nada. Muitos estudam somente para a prova, se irritam se o professor não faz revisão de última hora, como se tudo que foi visto e ensinado no decorrer do período letivo não importasse, além da velha pergunta "vai cair na prova?", estuda-se somente para ganhar os pontos e ser considerado bom aluno. Os que costumam não tirar "boas notas", os já classificados como "perdidos" não se interessam, pois de tanto falarem que não aprendem, desistiram, criaram suas próprias barreiras e acabam mantendo os rótulos postos sejam pelos professores, sejam por familiares que os tornam mão de obra barata para o mercado de trabalho.
A avaliação faz parte de um processo, ela não pode ser considerada o momento final do ensino e aprendizagem, mas faz parte da etapa, possibilitando a retomada do ensino sempre que necessário, permitindo ao professor transformar sua metodologia para facilitar a assimilação por todos os alunos envolvidos:

Podemos, então, definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões às atividades didáticas seguintes. (LIBÂNEO, 2013, p 217)

A avaliação escolar deve servir como medida ao professor, mas não no sentido de estigmatizar ou classificar seus alunos em bons ou ruins, mas para refletir sobre seu próprio trabalho e analisar como este foi desenvolvido de forma a atingir seu objetivo: a aprendizagem por todos. Sendo ela, a avaliação, parte de um processo, precisa ser trabalhada de forma planejada e integrada, deve ser trabalhada de forma processual, acompanhando o desenvolvimento da turma e se possível de cada aluno.

AVALIAÇÃO PROCESSUAL: UMA ALTERNATIVA

Servir ao aluno, não ao sistema, servir

aos interesses que a classe tem, dialogar com o que vem dos alunos, usar seu conhecimento prévio para fomentar o conhecimento científico. Refletir a prática para dentro dela modificar a forma que é utilizada a avaliação escolar.
Porém é percebido que as escolas como um todo não modifica sua forma de utilizar a avaliação. É mantido a verificação parcial do aluno por períodos escolares como provas trimestrais ou bimestrais, deixando de utilizar como verificação da aprendizagem os trabalhos, as tarefas e demais momentos de envolvimento dos alunos junto ao conteúdo trabalhado.
Utilizar a avaliação dessa forma é coloca-la como função de controle (LIBÂNEO, 2013, p 217), onde ocorre a verificação do que foi aprendido apenas de forma estanque, não contemplando o retorno em caso de precisão.
Jussara Hoffmann aborda que escola e professor possuem responsabilidade ao permitirem que esse sistema de avaliação permaneça inalterado uma vez que temem que mudanças tragam "desconfiança" das famílias em relação a inovação, pois muitos acreditam que o ensino tradicional e conservador é o que prepara a criança para o futuro profissional.

A verdade é que há um sério descrédito em relação às escolas inovadoras e o sistema de avaliação é um dos focos principais de crítica da sociedade, uma vez que se constitui em componente decisivo na questão resultados, ou seja, produto obtido, em educação. (HOFFMANN, pg. 14, 2009)

Pode-se então perceber que existe um anseio em mudar, mas há um temor nisso, podendo ser até por desconhecimento de como se pode avaliar de maneira qualitativa.
Avaliação da aprendizagem ultrapassa a esfera do medir, a medida diz o quanto o aluno possui de determinada habilidade; a avaliação informa sobre o valor dessa habilidade (TEIXEIRA in Lanzone, pg. 57, 2008). A medida esgota a possibilidade de criar novas formas de compreender porque determinado aluno não entendeu certo conteúdo, pois tem seu momento estanque e quantitativo, já a avaliação dada de forma processual, permite construir ações que garantam a qualidade de resultados onde tanto aluno quanto professor visualizem onde existem falhas para serem melhoradas.

O momento de avaliação deveria ser um momento de fôlego na escalada, para, em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, e nunca um ponto definitivo de chegada, especialmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico como, no caso, a aprendizagem. Com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com a função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade. (LUCKESI, 2005, p 35)

Desvincular a avalição do ensino-aprendizagem é retirar seu potencial de subsidiar aos alunos a possibilidade de melhorar sua aprendizagem, instalando receios de perguntar, de retomar o que não compreendeu muito bem, pois uma vez que foi feita a avaliação no final do processo, não permite retomar aquele conteúdo, conforme nos diz Vasconcellos (2008, p 70), as dúvidas se acumulam e o professor não tem elementos para fazer uma avaliação contínua da aprendizagem.
A avaliação deve permitir ao professor adquirir os elementos de conhecimentos que o tornem capaz de situar, de modo mais correto e eficaz possível, a ação de estímulo, de guia ao aluno (TEIXEIRA in Lanzoni, pg. 58, 2008). Sendo assim, o processo de avaliação da aprendizagem deve abordar não somente o quanto o aluno aprendeu daquele conteúdo, mas de que maneira se deu sua aprendizagem e para tal é necessário que se mude a postura de todos os atores envolvidos neste contexto, é preciso ir além da verificação numérica e quantitativa, precisa permitir que o aluno desenvolva sua consciência e análise de seu desempenho, tornando o sujeito autônomo e senhor de seu desenvolvimento.
Nos documentos oficiais que regem nossa educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a avaliação é vista como um processo contínuo que deve respeitar o desenvolvimento individual observando a aprendizagem de forma qualitativa, onde as provas finais são apenas mais uma etapa de um todo, não o ponto final deste processo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases projetada em 1988 e promulgada em 1996, o processo avaliativo é contemplado no Art. 24 inciso V, onde enfatiza o rendimento escolar observará o seguinte critério:
a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996)

Conforme supracitado, a LDB em sua alínea a destaca "a avaliação contínua e cumulativa ... sobre eventuais provas finais" (BRASIL, 1996). A avaliação contínua nos permite entender que o processo avaliativo de fato é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, sendo este um instrumento que colabora para compreender a construção do conhecimento pelo educando, "avaliar o produto no processo" (VASCONCELLOS, 2008, p. 71).

Não apenas a LDB, mas o PCN também comunga a avaliação como um processo contínuo, devendo o sistema educacional se comprometer com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, onde os educadores possam, através do refinamento de seus métodos de ensino, atingir o objetivo de ensino.

Em suma, a avaliação contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais é compreendida como: elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. (BRASIL, 1997, p. 56)

O PCN nos mostra que avaliação não é um momento único, onde o aluno deve se preparar para mostrar que aprendeu tudo que foi colocado pelo professor no decorrer das aulas, mas um processo e como processo, deve ser contínuo, mas não apenas linear, pode e deve ter seus momentos de retorno sempre que preciso e possível, pois o objetivo da avaliação é avaliar o ensino, se os alunos compreenderam ou não.
Mas como pode o professor, dentro de sua carga de trabalho planejar um processo avaliativo que incorpore em sua didática sem prejuízo tanto ao seu planejamento de conteúdos bem como não seja algo aligeirado para os educandos? Vasconcellos nos mostra exatamente essa questão:

Por que é tão difícil mudar a avaliação? É muito difícil porque exige, como vimos, antes de mais nada, uma mudança de postura do educador tanto em relação à avaliação propriamente dita, quanto à educação e a sociedade. (2008, p 60)

Essa postura do educador que Vasconcellos nos expõe é mais frequente do que gostaríamos que ocorresse. É fato que muitos profissionais da educação, presos nas amarras da didática tradicional e excludente, preferem colocar como atividade avaliativa apenas as provas de finais de bimestre, de período, finais, impondo ao aluno conceitos e notas de momentos estanques que não foi levado em consideração suas particularidades como seu estado emocional para com aquela forma avaliativa e seu processo de aprendizagem.
O professor, querendo ou não, acaba fazendo parte dessa engrenagem que colabora com a manutenção das distorções sociais. Porém isso não quer dizer que ele deve manter sua prática nesta perspectiva, podendo contribuir para mudar essa realidade.
Mas não é esperado que práticas pos-

tas a tanto tempo, arraigadas no fazer pedagógico de muitos professores, seja mudado de repente, é preciso trabalho conjunto e apoio de todo corpo escolar para que essa estrutura de quantificação seja alterada para qualificação.
Professores, coordenação pedagógica, gestores, alunos e familiares podem e devem estar engajados nessa possibilidade de atender aos anseios dos alunos de forma significativa. Jussara Hoffmann em seu livro Avaliação Mediadora (2009) nos propõe diversas opções de uso a avaliação mediadora e processual, que permite ao professor refletir sua didática e apoia os sujeitos da escola para participar ativamente neste processo, devendo todos estarem atentos às demandas dos alunos para ampliar sua aprendizagem.
Primeiramente Hoffmann nos coloca que as tarefas, para além de servir como momento de revisão aos conteúdos, são "essenciais para a observação das hipóteses construídas pelos alunos ao longo do processo" (2009, p.66).
Libâneo comunga com Hoffmann ao tratar as atividades desenvolvidas no decorrer das unidades como instrumentos que possibilitam averiguar o rendimento dos alunos e fazer retorno aos conteúdos sempre que necessário:

Durante o desenvolvimento da unidade acompanha-se o rendimento dos alunos por meio de exercícios, estudo dirigido, trabalho em grupo, observações de comportamento, conversas com as informações, recordação da matéria, e fazem-se verificações formais por meio de provas dissertativas, provas de questões objetivas, arguição oral. No final da unidade didática ou do bimestre são aplicadas provas de aproveitamento. (2013, p. 226)

Percebe-se que não é pretendido eliminar as avalições finais formais, mas dar espaço para que as demais atividades sejam utilizadas para mensurar a aprendizagem, observando e acompanhando o rendimento dos alunos, tendo a possibilidade de retomadas dos conteúdos sempre que houver necessidade.
Instrumentos e procedimentos diversifi-i cados devem fazer parte do processo de avaliação como um todo. Superar as tradicionais e únicas avaliações finais como parâmetro de aprendizagem, pois estas não permitem que os alunos possam de fato ter uma participação ativa da construção do conhecimento. Ao realizar trabalhos diversos com critérios avaliativos, o professor proporciona maior participação, envolvimento e interação dos alunos no que é ensinado, sabendo que cada um se expressa de formas diferentes, atividades diversas permitem que possam mostrar como estão se desenvolvendo, ao contrário de aplicação única de prova, que pela tensão e insegurança, pode não revelar se houve assimilação do que foi ensinado ou apenas foi decorado para fazer a prova.

Sugiro muitas e diversificadas tarefas em todos os momentos da escola. Em aula, em casa, algumas mais extensas, outras menores. O importante é garantir a espontaneidade do aluno ao realiza-la. (HOFFMANN, 2009, p 67)
O professor deve propiciar uma metodologia que leve a esta participação ativa dos educandos (problematização, debates, exposição interativa-dialogada, pesquisada, experimentação, trabalho em grupo, dramatização, desenho, construção de modelos, estudo do meio, seminários, exercícios de aplicação, aulinhas dos alunos, etc). (VASCONCELLOS, 2008, p. 70)
Observa-se através dos exemplos expostos por Hoffmann e Vasconcellos que instrumentos não faltam para ser usados como atividade avaliativa dentro da proposta de avaliação processual.
Alterando a sua postura, o professor tem a possibilidade de alterar uma lógica perversa que é implantada na sociedade, uma lógica que através de momentos estanques de avaliações, que repele os alunos, que classifica e discrimina, pode ser alterada para uma lógica que agrega, que compreende e busca mecanismos de apoio e atenção, permitindo mais alunos na escola e menos evasão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação tem como foco fornecer informações acerca das ações de aprendizagem e, portanto, não pode ser realizada apenas ao final do processo, sob pena de perder seu propósito com o aluno e professor como protagonistas central e necessário. O processo de avaliação da aprendizagem deve abordar não somente o quanto o aluno aprendeu daquele conteúdo, mas de que maneira se deu

sua aprendizagem e para tal é necessário que se mude a postura de todos os atores envolvidos neste contexto, é preciso ir além da verificação numérica e quantitativa, precisa permitir que o aluno desenvolva sua consciência e análise de seu desempenho, tornando o sujeito autônomo e senhor de seu desenvolvimento. O aluno não deve ser um indivíduo passivo; e o professor, a autoridade que decide o que o aluno precisa e deve saber. O professor não deve apresentar verdades, mas com o aluno deve investigar, problematizar, descortinar horizontes e juntos avaliar o sucesso das novas descobertas e, pelos erros, as melhores alternativas para superá-los.

Percebemos que o processo de avaliação que ocorre de modo geral nas escolas, detém uma ação individual e competitiva; uma concepção classificatória, onde o professor mantem uma postura disciplinadora e diretiva, privilegia a memorização. Através da pesquisa, foi proposto uma mudança de atitude com ação coletiva e consensual, uma concepção investigativa e reflexiva que atue como mecanismo de diagnóstico da situação, exigindo uma postura cooperativa entre professor - aluno que favoreça a compreensão e o incentivo à conquista da autonomia do aluno, para perceberem seus erros, retomar o que foi verificado, o que não houve entendimento, apoiar a aprendizagem ao invés de classificar e estigmatizar.

A avaliação processual e continua permite que ocorra uma aprendizagem melhor por todos, tendo o professor o compromisso da mudança para qualificar e empoderar seus alunos, tendo o aluno o compromisso de se envolver no que é visto e assimilado, tendo toda a escola o compromisso de mudar a forma como a avaliação é colocada para manter determinados estigmas. Modificam-se as atitudes de ensino e aprendizagem, modifica-se a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CRUZ, Fátima Maria Leite: Avaliação e a democratização da educação escolar: processos de aprendizagens emancipatórias. Revista e-Curriculum, Vol. 3, Núm. 2, Junior, 2008, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, disponivel em: http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3203, Acesso em 23 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação –uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre, Mediação, 2009.

LANZONI, Elizete: Metodologia: construção de uma proposta científica, Curitiba, Camões, 2008;

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2013.

_____, et al. Educação escolar: políticas estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003;

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola? Série Ideias n. 8, São Paulo: FDE, 1998;

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem - entre duas lógicas; trad. Chitonni Ramos Artes Médicas, Porto Alegre, 1999.

_____; THURLER, Mônica Gather; MACEDO, Lino de [et. al.]. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 18º edição – São Paulo: Libertad, 2008.